

# **O primeiro confinamento e o encerramento da fronteira com Portugal causaram uma perda de faturação de mais de 92 milhões de euros no comércio e hotelaria no Minho**

O primeiro confinamento e o encerramento da fronteira entre Pontevedra e Portugal na primeira vaga da pandemia, entre 17 de março e 30 de junho de 2020, causou uma perda de volume de negócios de mais de 92 milhões de euros nos 26 concelhos transfronteiriços do Minho. Esta é a principal conclusão do estudo pedido pelo AECT Rio Minho ao doutor em Economia da Universidade de Vigo, Xavier Covas, que destacou que o prejuízo económico do atual encerramento será ainda muito maior.

Juntamente com o vice-diretor e deputado para a Cooperação Transfronteiriça, Covas apresentou hoje o estudo do impacto socioeconómico para os autarcas que integram o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Rio Minho (AECT Minho), que há um mês reclamam a abertura de todas as passagens de fronteira com Portugal devido aos danos que produzem na economia. O trabalho da UVigo vem confirmar as teses e criticar o que consideram uma decisão injusta para os trabalhadores e para a economia do território minhoto e inútil para o controlo da pandemia.

## **Um estudo do AECT Rio Minho realizado pelo Professor Xavier Cobas na UVigo reflete que o efeito fronteira acrescentou um prejuízo sobre o da COVID de 12% e 19%, respetivamente**

O relatório menciona vários dados devastadores sobre as consequências económicas em ambas as margens do Minho, com um impacto na perda do volume de negócios no comércio e na hotelaria (os setores mais afetados) de 92 milhões de euros – o equivalente a 23 milhões de euros do Valor Acrescentado Bruto-, de acordo com dados oficiais fornecidos pelos governos centrais. Foram também detetados valores significativos nos transportes, setor imobiliário, bem como no âmbito fabril.

De acordo com o professor Cobas, todas essas áreas sofreram, além da queda na faturação devido à pandemia, o efeito fronteira, aumentando as perdas em 12% no comércio, em 19% em hotelaria e alimentação para somar à queda nas receitas de qualquer outra empresa em outro local, simplesmente porque os consumidores deixaram de poder aceder ao outro lado da fronteira.

Outro dos números que foi colocado em cima da mesa do estudo foi o número de horas de trabalho perdidas com a espera na passagem de Tui-Valença. Dado um tempo médio de espera de 15 minutos na ida e mais 15 na volta (número muito conservador para as longas filas diárias), e sabendo que no primeiro encerramento 356.000 pessoas passaram pelo controle, a economia da área perdeu 180.000 horas efetivas. A estas, não sendo contabilizadas, dever-se-á somar o tempo que os

trabalhadores também perdem nos desvios de centenas de quilómetros por não estarem habilitados aos controlos em todas as pontes.

## **O vice-diretor Uxío Benítez exige uma indemnização financeira ao território minhoto “porque o mal já está feito” e anuncia a criação de um registo de pessoas afetadas**

O encerramento da fronteira, explicou Cobas, afetou, segundo os seus cálculos, cerca de 25.000 pessoas em toda a [Euroregião Galiza-Norte de Portugal](#) e 10.000 nos distritos de Pontevedra-Viana do Castelo, dado que são pessoas que vivem e trabalham em ambos os lados da fronteira, porque vivem de um lado e trabalham do outro, ou porque não, tendo relação com a área, as empresas operam em todo o território e forçam o deslocamento.

Quanto ao impacto do último encerramento de fronteira introduzido desde o início do ano, Cobas quis ser contundente e ressaltou que afetará a economia muito mais negativamente, já que no primeiro confinamento a atividade económica estava praticamente parada, enquanto agora há uma maior taxa de atividade. O professor destacou ainda que o atual encerramento dos postos fronteiriços “é redundante e inútil” porque as pessoas que vão cruzar a fronteira são as mesmas, apenas as autorizadas.

## Registo para indemnizações

Diante de toda esta avalanche de dados devastadora, o vice-diretor do AECT Rio Minho, Uxío Benítez, disse que os autarcas dos 26 municípios do território do Minho vão pedir uma compensação financeira pela decisão de encerrar a fronteira dos estados espanhol e português. “O mal já está feito, agora abramos postos fronteiriços ou dentro de um mês. Agora queremos que levem em consideração e nos indemnisem pelas perdas”, afirmou.

Ele salientou que, numa primeira fase, o AECT irá apresentar uma denúncia ao [programa operacional POCTEP 2021-2027](#), que se encontra em fase de exposição pública e que, apesar do seu propósito de injetar fundos nas fronteiras, “está deturpando os seus objetivos ao atribuir fundos para áreas não fronteiriças”. Solicitou, portanto, que se assegure que os fundos sejam destinados às áreas da fronteira e que sejam criados itens específicos para a área do Minho.

*“O mal já está feito, agora abramos postos fronteiriços ou dentro de um mês. Agora queremos que levem em consideração e nos indemnisem pelas perdas”.*

Por seu turno, anunciou também a criação de um registo de pessoas afetadas pelo encerramento da fronteira, o qual será gerido através do AECT e de todos os municípios envolvidos num gabinete comum para proceder ao processamento de eventuais indemnizações. “Queremos colocar esta situação em perspetiva, fazer um cálculo, porque os trabalhadores transfronteiriços perdem entre 200 e 300 euros apenas em combustível para as viagens por não terem todos os postos fronteiriços abertos”, explicou.

Da mesma forma, será apresentada uma moção nos 26 conselhos para ter o aval democrático e reivindicar perante todas as instituições tanto a imediata abertura das etapas como as compensações económicas pelo encerramento.

*“Queremos colocar esta situação em perspetiva, fazer um cálculo, porque os trabalhadores transfronteiriços perdem entre 200 e 300 euros apenas em combustível para as viagens por não terem todos os postos fronteiriços abertos”.*

Para exemplificar o problema da fronteira, Benítez comparou o encerramento dos postos fronteiriços com Portugal com um possível encerramento da ponte de Rande para a economia galega. “O que vivemos no Minho é como se para controlar a

pandemia entre Pontevedra e Vigo tivessem fechado a ponte Rande e enviado todas as pessoas e mercadorias através da Ponte Sampaio com um único controlo. Quem consegue passar, passará, mas sofrendo filas, desvios e perdas de tempo ", afirmou.

Por fim, o deputado e vice-diretor do AECT lembrou que, para facilitar o controle de pessoas na fronteira, é urgente a criação de um [cartão de cidadão](#) transfronteiriço para que haja agilidade nos controlos e não seja necessário verificar toda a documentação.